

A circulação monetária no Rio de Janeiro nos tempos coloniais

Elisa Müller¹ e Fernando Carlos Cerqueira Lima²

Resumo

O artigo discute a circulação de moedas no Rio de Janeiro desde a fundação da cidade, em 1565, até a criação da moeda fiduciária, em 1808, pelo Banco do Brasil. A análise encontra-se dividida em três seções. A primeira discute a circulação antes do aparecimento da moeda provincial. A segunda analisa os efeitos da criação da Casa da Moeda do Rio de Janeiro sobre a circulação monetária, o crescimento do comércio e a evolução urbana da cidade. Na seção terceira é enfatizado o papel do Banco do Brasil, objetivando mostrar que a moeda papel contribuiu para expandir o mercado interno através do aumento dos gastos públicos. Ao final relacionam-se as mudanças havidas na circulação no Rio de Janeiro às diversas etapas da história econômica do Rio de Janeiro.

1 .Introdução

Este artigo discute a circulação monetária no Rio de Janeiro desde a fundação da cidade, no século XVI, até o aparecimento do Banco do Brasil , no século XIX. Pretende recolocar antigas questões, com a intenção de reacender o interesse na realização de novas pesquisas sobre o assunto . Da mesma forma que a historiografia conseguiu mapear aspectos importantes da natureza do comércio e da indústria no Rio de Janeiro colonial ³ ,

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, membro da ABPHE e professora do Instituto de Economia da UFRJ.

² PhD em Economia pela University of Wales(Grã-Bretanha), membro da ABPHE e professor do Instituto de Economia da UFRJ.

³ Ver, dentre outros, os trabalhos de : OLIVEIRA, Geraldo Beuclair Mendes de (1987). *A pré-indústria fluminense; 1808/1860*. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e FRAGOSO, João Luís Ribeiro (1992) *.Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro :Arquivo Nacional

considera-se da maior relevância preencher a lacuna em que se encontram os trabalhos relativos à história da circulação monetária no Rio de Janeiro, no período anterior à criação do Banco do Brasil ⁴. Talvez assim se consiga relativizar a crença de que, naquele período, a circulação monetária no Rio de Janeiro foi tão pouco expressiva que não vale à pena estudá-la. Em outras palavras, espera-se que este artigo sirva para debater se, apesar de estar submetida às regras do comércio metropolitano, a circulação monetária constituiu um elemento importante para a transformação do Rio de Janeiro, no século XIX, no centro financeiro mais importante do Brasil.

Na redação do ensaio esbarramos em algumas dificuldades relativas à localização de fontes primárias no Rio de Janeiro, já que as atas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, desta época, foram perdidas em um incêndio ocorrido em julho de 1790⁵. Na falta desses dados utilizamos documentos disponíveis nos acervos do Centro Cultural Banco do Brasil, da Casa da Moeda do Brasil, do Banco Central do Brasil, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional. Ademais, as obras sobre a política monetária nacional que aparecem listadas na bibliografia, apesar de não tratarem exclusivamente do Rio de Janeiro, contribuíram para a elaboração redação do trabalho.

2. Rio de Janeiro: do escambo à circulação de moedas européias.

A fundação da cidade do Rio de Janeiro está intimamente ligada ao expansionismo marítimo e comercial português iniciado no século XVI em terras do Atlântico Sul. Em 1502 uma expedição de caráter exploratório trouxe os colonizadores portugueses à atual baía de Guanabara. Ao ser confundida pelo florentino Américo Vespúcio e outros viajantes

⁴ Há trabalhos excelentes que estudam a moeda e o crédito no Brasil no período colonial. Contudo, os trabalhos dedicados ao estudo da moeda e do crédito no Rio de Janeiro concentram-se no período posterior à criação do Banco do Brasil. Entre eles podem ser citados: : Levy (1977); Levy(1994), Andrade(1987) e Guimarães(1996)

portugueses com a foz de um grande rio, a baía de Guanabara foi chamada pelos navegantes de Rio de Janeiro. Ao invés dos esperados metais preciosos, os tripulantes levaram uma grande quantidade de pau-brasil, que passaria a ser intensamente disputado por corsários franceses. Estes últimos, em uma tentativa de se estabelecerem no Brasil, ocuparam a Ilha de Serigipe e a costa ocidental da baía, e fundaram, em 1555, a França Antártica.

Até então ainda não existia a cidade do Rio de Janeiro. Em seu lugar havia as feitorias, ou seja, construções fortificadas localizadas no litoral que atendiam as necessidades de defesa e armazenagem da madeira obtida nas matas graças à utilização da força de trabalho indígena (Prado Jr.1985:26). Durante a exploração do pau-brasil, concentrada nos arredores de Cabo Frio, predominava a prática de escambo. Em troca da madeira cortada nas matas e transportada para os navios europeus, os nativos recebiam serras, machados, tecidos, facas anzóis e outros objetos, permanecendo a circulação de moedas metálicas européias, restrita ao comércio metropolitano (Levy, 1979:27)

A invasão francesa forçou a Coroa Portuguesa a enviar reforços ao Rio de Janeiro com o intuito de garantir o monopólio português na extração e venda da madeira. A presença dos franceses constituía uma ameaça permanente aos interesses da Coroa portuguesa interessada na criação de pontos de referência que “permitissem a centralização da produção e garantissem o direito de exclusividade do comércio” (Lobo, 1978:19). A luta armada entre os portugueses, os franceses e os índios levou Estácio de Sá a fundar, em 1565, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Localizada inicialmente entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, a cidade resistiu aos ataques franceses até 1567, quando,

⁵ Sobre este fato pode ser consultada farta documentação existente no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, a qual revela que foram salvos do incêndio apenas poucos livros e documentos.

vencida a França Antártica, transferiu-se por motivos de segurança para o morro do Descanso, mais tarde chamado de morro de São Januário e, posteriormente, de morro do Castelo.

No início a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro abrigava um pequeno número de edificações. O núcleo urbano gravitava em torno das atividades portuárias e da vida administrativa e religiosa da cidade . As casas eram feitas com madeira e cercas que mais tarde dariam lugar a construções de pedras. No alto do morro do Descanso sobressaíam a Igreja de São Sebastião, santo padroeiro da cidade, a Igreja de Santo Inácio de Loyola e o Colégio da Companhia de Jesus no Brasil fundado em 1567 (Fazenda, 1921:213). O convento dos jesuítas, tendo à frente os padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, era a construção mais importante da cidade recém fundada .Possuía uma igreja e outros prédios onde eram ministrados os cursos de alfabetização, de matemática, de latim, de religião, e de teatro. O Colégio dos Jesuítas dispunha ainda de refeitório, celas dos religiosos, salas de recreação, da congregação, hospital, herbário, horta e pomar (Cavalcanti:1998:99).

Enquanto os jesuítas fixaram-se próximos ao mar, os beneditinos instalaram-se no extremo oposto, ocupando , desde 1590, o morro de São Bento (Cavalcanti,1998:111), onde ergueram um convento e a Igreja de Nossa Senhora de Monteserrat. No século XVII passaram a existir no Rio de Janeiro três conventos: o dos monges beneditinos (São Bento), o dos franciscanos (Santo Antônio) e o dos carmelitas (Santa Tereza) , além de igrejas e muitas capelas.

A importância dos religiosos na história da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro vai além da contribuição dada ao processo de urbanização , iniciado através da ocupação dos morros. Em relação à circulação de moedas- tema central deste artigo- destaca-se também a relevância das ordens religiosas. Até o século XVI o escambo era a

base da economia extrativista, sendo a circulação monetária praticamente inexistente. Segundo Sombra (1940:23) a moeda circulava em poucas mãos. O governador geral Mem de Sá, por exemplo, recebia, em 1560, o salário anual de 600 réis, pagos em mercadorias. Apenas os comerciantes (que em 1567, só no Rio de Janeiro, já eram em número superior a 150) e os jesuítas detinham maior soma de dinheiro. Além de esmolas e de donativos os clérigos recebiam salários em mercadorias e em espécie, além da participação nos dízimos recolhidos pela Coroa portuguesa. O autor afirma ainda que, “com o decorrer dos anos, os jesuítas além de evangelizadores serão mestres de economia e suas mãos honestas verdadeiras caixas econômicas dos colonos” (Sombra,*op.cit*:23). Na mesma linha de argumentação de Sombra, Bárbara Levy (1979:56) acrescenta que as instituições religiosas detiveram a gestão dos bens de órfãos e ausentes, e que com o aparecimento dos livros onde eram escriturados os empréstimos, os templos religiosos - da mesma forma que ocorrera na Europa Medieval - transformaram-se nas primeiras instituições de crédito.

Em 1600 a população do Rio de Janeiro era estimada em 3.850 habitantes, dos quais 750 eram portugueses, cerca de 100 eram de origem africana e os demais, índios e mestiços (Lobo, 1978:20). A principal atividade econômica ainda era a exploração do pau-brasil, que, embora representasse notórios limites ao desenvolvimento urbano e ao crescimento populacional da cidade, não impediu que a urbe descesse dos morros e ocupasse a planície (Flecknoe, 1654.). Na parte plana os moradores abriram vias públicas e criaram uma zona comercial. A rua Direita, hoje Primeiro de Março, tornou-se o principal ponto do comércio da cidade . Ao gerar um fluxo de moedas de prata espanholas para o Brasil, a união das monarquias ibéricas (1580-1640) criou as condições necessárias para a dinamização do comércio e para o surgimento da circulação monetária no Rio de Janeiro, mesmo antes do

aparecimento da moeda provincial que seria cunhada no reinado de D.Pedro II de Portugal (1683-1706).

A leitura da carta escrita, em 1596, pelo mercador português Francisco Soares (Fazenda, 1927:151-154) nos mostra aspectos interessantes do grande comércio metropolitano e do mercado interno do Rio de Janeiro durante a união dos reinos de Portugal e Castela. No documento, Francisco Soares informa que trouxera em seu navio para vender no Rio de Janeiro as seguintes mercadorias: pipas de vinho, tecidos, veludos e tafetás, azeitonas, vinagre e 40 a 50 dúzias de chapéus. Esses artigos foram vendidos diretamente aos comerciantes locais que pagaram-lhe em dinheiro e à vista . Informa ainda - utilizando como exemplo a compra dos chapéus, ornamento da moda europeia muito apreciado pelo habitantes do Peru - que os comerciantes sediados no Rio de Janeiro compravam as mercadorias portuguesas para depois revendê-las na América espanhola. Dessa forma, os *reales* de prata do Peru afluíam ao Rio de Janeiro, permitindo aos habitantes da cidade pagarem as suas compras em dinheiro e dando um bom lucro aos europeus, que tinham os seus capitais multiplicados de duas a cinco vezes.

A entrada de *reales* de prata no Rio de Janeiro deve-se também ao fato de que os navios que saíam do Prata - e que antes faziam escalas na Bahia e em Pernambuco passaram a abastecer-se no Rio de Janeiro, onde compravam pau-brasil e mercadorias (peixe salgado, farinha de mandioca, sal frutas e etc) necessárias para alimentar a tripulação durante a travessia do Atlântico. Além das moedas de prata espanholas, circularam naquela época no Rio de Janeiro moedas sul-americanas e moedas de prata portuguesas - tostões, meio tostão, quatro vinténs e vintém. A afluência de diferentes moedas em fins do século XVI e início do XVII mostra que, durante o predomínio da exploração do pau-brasil, o

exclusivo comercial português não impediu a participação de naus estrangeiras no comércio do Rio de Janeiro.

A diversidade de moedas não acontecia apenas no sistema monetário português. Amaro Cavalcanti chama atenção para o fato de que, do século XVI ao XVIII, as moedas européias- dada a sua multiplicidade- também não tinham valores conhecidos por aqueles que a empregavam, gerando um grau muito elevado de incerteza acerca do valor real de um saque tirado de uma para outra praça. Para o autor, “foi acentuadamente para neutralizar essa condição intolerável da moeda que os bancos de depósito de então de Veneza, Genova, Hamburgo e Amsterdam resolveram criar uma moeda fiduciária, ou puramente imaginária, que todos preferiam ao próprio metal cunhado, pagando mesmo por aquela um ágio bem elevado” [grifos originais] (Cavalcanti,1891:7).

Durante o século XVII a prata começou a escassear no Rio de Janeiro, devido a vários fatores. Entre eles destacam-se o esgotamento das minas de ouro e prata espanholas e a crise da economia portuguesa, enfraquecida por guerras, pela perda de colônias e queda nas exportações (Silva, 1990:45). A falta de numerário acarretou, de um lado, o crescimento das vendas a crédito no comércio local e, de outro, forçou a substituição da moeda metálica pelo açúcar.

Em 1614, o governador da capitania do Rio de Janeiro, Constantino Meneslau, decretou que “o açúcar corresse como moeda legal, fixando-lhes os valores, por arroba, de 1\$000 para o branco, \$640 para o mascavo e \$320 para os demais, e ordenando que os negociantes o aceitassem obrigatoriamente em pagamento” (Gonçalves,1989:63). Comparando-se os valores do açúcar ao dos antigos reales, observa-se uma coincidência do valor de \$320 o que se devia , possivelmente, às necessidades ditadas pela circulação.

A utilização do açúcar como moeda tornou possível ao comércio local do Rio de Janeiro suprir a falta de meios de pagamentos que estavam sendo canalizados para Portugal, em virtude dos constantes déficits comerciais da colônia com a metrópole. Contudo, o uso da mercadoria era problemático, devido às variações das cotações do produto. Sempre que caíam os preços internacionais do açúcar, todos os credores e, em particular, os comerciantes, sofriam perdas decorrentes da desvalorização do meio circulante.

Ao analisar essa problemática, Eulalia Lobo afirma que esta foi a principal razão pela qual os comerciantes do Rio de Janeiro lutaram na Câmara Municipal para abolir o emprego do açúcar como meio circulante (Lobo, 1978:28). Em 1663, foi abolida a lei que determinava o uso da moeda desvalorizada no Rio de Janeiro. Posteriormente, o governo criou, em 1694, a Casa da Moeda da Bahia e, em 1699, a do Rio de Janeiro (Lobo, 1978:26).

3. A Casa da Moeda do Rio de Janeiro

A Casa da Moeda do Rio de Janeiro foi antecedida pela instalação de oficinas monetárias⁶ que, seguindo ordens do Conselho Ultramarino, corrigiram os valores das moedas que circulavam na colônia através de carimbos ou contramarcas. A escassez de meio circulante, as constantes variações de seus valores e a multiplicidade de moedas, inclusive de outros países, impediam a existência de um sistema monetário na colônia capaz de atender satisfatoriamente a circulação interna e possibilitar a transferência de divisas para Portugal.

Essa situação não passou despercebida à Câmara Municipal do Rio de Janeiro que, em 1654, chegou a mandar um emissário a Portugal para que fossem tomadas as

⁶ O Alvará de 26 de fevereiro de 1643 determinou o estabelecimento de oficinas monetárias na capitania do Rio de Janeiro

providências necessárias para resolver a questão (Gonçalves,*op.cit*:95), sem que, contudo, tivesse sido atendido. Foi somente em 1694 que a falta de numerário levaria D.Pedro II a estabelecer , em Salvador, Bahia, a primeira Casa da Moeda do Brasil. Tal escolha pode ser atribuída à importância da economia açucareira localizada no nordeste e ao fato de Salvador ter sido a sede da administração portuguesa no Brasil até 1763, quando foi substituída pela cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro⁷.

Na Casa da Moeda da Bahia foram cunhadas, sem nenhuma padronização,⁸ moedas de ouro nos valores de 4\$000, 2\$000e 1\$000 réis ,além das de prata com valores correspondentes a \$640, \$320, \$160, \$80 \$40 e \$20 réis (Galvão, 1905:16). As moedas de prata de \$320 réis ficaram conhecidas no Brasil como patacas e permaneceram em circulação mesmo após a independência do país.

A Casa da Moeda da Bahia deveria cunhar também moedas para circularem no Rio de Janeiro . No entanto, a capitania do Rio de Janeiro, que concorria com a de Salvador no intrincado jogo das forças coloniais, recusou-se a utilizar os serviços da Casa da Moeda da Bahia . Invocando como pretexto a distância geográfica existente entre o Rio de Janeiro e a Bahia, a Câmara Municipal e o governador do Rio de Janeiro, Castro Caldas, se recusaram a enviar ouro e prata (além de outras moedas) para a Bahia, para serem convertidos em moeda provincial. Diante desse impasse, D.Pedro II, em Carta Régia de 23 de janeiro de 1697, determinou que os moradores do Rio de Janeiro mandassem o dinheiro para a Bahia, conforme havia sido ordenado antes, ou arcassem com as despesas necessárias à transferência da Casa da Moeda da Bahia para o Rio de Janeiro, incluindo os gastos com a

⁷ A Carta Régia de 27 de janeiro de 1763 elevou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro à condição de sede da administração portuguesa no Brasil.

⁸ Não havia uma matriz. As moedas eram cunhadas de forma artesanal e com diferentes cunhos . Assim, em algumas as legendas eram maiores do que em outras, as abreviaturas não eram idênticas , etc.Ver a respeito Galvão.*op.cit*:16.

fábrica e os salários dos oficiais. A Câmara e o governo do Rio de Janeiro optaram pela criação da Casa da Moeda, que começou a funcionar em março de 1699, em um armazém que pertencera à Companhia de Comércio, localizado na rua Direita (Fazenda, 1943:411-415).

No Rio de Janeiro, os moedeiros recém chegados de Lisboa eram considerados nobres e tinham os mesmos direitos dos da metrópole. Não pagavam impostos, suas mulheres podiam usar vestidos de seda⁹, não podiam ser presos por dívidas, tinham cárcere privativo na Casa da Moeda e, quando condenados, eram julgados em tribunais especiais (Fazenda, 1943:484). Segundo Maria Bárbara Levy (1979:85), os privilégios concedidos aos moedeiros criavam um conflito permanente com os colonos locais, que não desfrutavam das mesmas condições.

Após ter cunhado moedas de ouro e de prata idênticas àquelas que já haviam sido cunhadas na Bahia, a Casa da Moeda encerrou as suas atividades no Rio. Em 1700 foi transferida para Pernambuco, pois, desde 1663, a Câmara Municipal de Olinda vinha empreendendo esforços junto à metrópole para instalar uma casa da moeda naquela localidade. Apesar de não atender às reivindicações, D.Pedro II comprometeu-se com o governador de Pernambuco, Caetano Melo de Castro, de que, assim que fossem concluídos os trabalhos da Casa da Moeda no Rio de Janeiro, esta seria transferida para lá (Gonçalves, op.cit:163).

A Casa da Moeda permaneceu em Pernambuco até 1702, quando a decadência da região açucareira, aliada à descoberta das minas de ouro, trouxeram-na de volta ao Rio de Janeiro. O aumento expressivo na produção do ouro aumentou os trabalhos de cunhagem,

⁹ A nenhuma mulher era lícito trazer em seus vestidos ornatos e enfeites, telas, brocados, sedas, cetins e fitas tecidos em países estrangeiros. Ver Fazenda, 1921:70-71

tornando inadequadas as instalações da antiga Casa da Moeda do Rio de Janeiro. A solução encontrada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi transferi-la da rua Direita para um prédio localizado na Praça do Carmo (atual Praça XV), que fora cedido pelos frades Carmelitas (Fazenda, 1943:411-415).

Após ser reinstalada, a Casa da Moeda do Rio de Janeiro recebeu instruções para lavrar moedas de ouro do reino, ao invés das moedas provinciais que vinham sendo cunhadas no Brasil desde que a lei de 19 de dezembro de 1695 proibira a circulação das moedas do reino na colônia. .

Essa medida pode ser explicada pela abundância de ouro existente no Brasil e em Portugal na primeira metade do século XVIII. O dinamismo da produção aurífera foi responsável, também, pelo funcionamento simultâneo de várias casas da moeda . Além da de Lisboa, a da Bahia voltou a funcionar em 1714 e a de Minas Gerais, a partir de 1725. O ouro permitiu o aumento da circulação monetária, expandiu o mercado interno e promoveu o crescimento urbano da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

O porto do Rio passou a ser o principal escoadouro para Portugal de metais preciosos e diamantes. A dinamização portuária deu nova vida ao comércio local, que tornou-se um importante centro de abastecimento da região das minas. Segundo Lobo (1978:28), a capitania do Rio de Janeiro passou a exportar escravos - comprados diretamente na África portuguesa ou dos proprietários de engenhos e a fornecer sal, farinha de mandioca e outros alimentos para Minas Gerais.

Ademais, a extração do ouro criou as condições materiais para a modernização da cidade do Rio de Janeiro. Na Praça do Carmo foi construída, em 1743, uma nova residência para os governadores e foram realizadas importantes obras de infra-estrutura. Datam dessa

época as bicas do chafariz e o aqueduto da Carioca (1723) construções que serviram para minimizar o sério problema de abastecimento de água da cidade (Cavalcanti,1998,118).

Se na primeira metade do século XVIII havia abundância de moedas, no final desse século o Rio de Janeiro voltaria a conviver com o recorrente problema da escassez de meios de pagamento, devido ao fato de grande parte do volume de moeda cunhado em Portugal e no Brasil ter sido drenada para a Inglaterra, “onde dobrões portugueses circulavam como moeda nacional” (Aguilar:1960:13). Além disso, a falta de numerário no Rio de Janeiro pode ser creditada à cobrança de impostos, ao esgotamento da mineração e aos constantes déficits da balança comercial.

Segundo Melo Franco (1947:9), calcula-se que a soma dos valores das moedas em circulação atingia 10 mil contos de réis – dois terços das quais eram de ouro. Essa soma contrasta com o volume de moedas cunhadas na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, no período 1703-1809, que atingiu o valor total aproximado de 200 mil contos de réis. A evasão do meio circulante no Rio de Janeiro nesse período era oriunda tanto da política monetária e financeira portuguesa, como dos freqüentes déficits da balança comercial. A sensação de penúria agravava-se com a crescente demanda por meios de pagamento decorrente do aumento populacional e do nível das atividades econômicas.

Ao problema de escassez de moeda somava-se a confusão imposta pela circulação de moedas que apresentavam valor de face discrepantes de seu valor intrínseco. Amaro Cavalcanti (1891:62) refere-se ironicamente aos “hábeis financeiros” de Portugal, responsáveis pelo caos monetário experimentado com a circulação simultânea de dois tipos de moeda de ouro, cunhadas em Portugal e no Brasil: “... no começo deste século uma oitava de 22 quilates amoedado valia legalmente entre nós, ao mesmo tempo, – 1\$600 e

1\$777,7/9, – e essa oitava de ouro de dous valores diferentes servia de medida comum de valor às demais mercadorias!”

Também circulavam no Rio de Janeiro três tipos de moeda de prata, além das de cobre, ambas cunhadas pela Casa da Moeda de Lisboa. As moedas de cobre eram utilizadas apenas como troco. Já as de prata tornavam ainda mais confusa a sua utilização como medida de valor no início do século 19, uma vez que estavam artificialmente valorizadas em relação às de ouro. Após 1808, passaram a circular quase exclusivamente as moedas de prata (Ribeiro e Guimarães, 1967).

Antes que pudesse ser encontrada uma saída para a desordem monetária do Rio de Janeiro, a França radicalizou a disputa pela hegemonia da Europa. Napoleão Bonaparte declarou o bloqueio continental à Inglaterra. A dependência de Portugal em relação à Inglaterra impediu o alinhamento português aos interesses franceses. Em represália, Napoleão invadiu Portugal e obrigou a Coroa Portuguesa a vir para o Brasil.

A chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, trouxe inúmeras transformações para a colônia. A abertura dos portos, a revogação da proibição da instalação de fábricas¹⁰ e a liberdade de comercialização fazem parte da política econômica joanina¹¹ Com a vinda da Corte, o Rio de Janeiro modernizou-se ainda mais. D. João instituiu a Real Academia Militar, a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, a Biblioteca Real, a Academia Real de Belas Artes e a imprensa régia, com a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro.

¹⁰ O Alvará de 1 de abril de 1808 concedeu liberdade ao estabelecimento de fábricas e manufaturas na colônia.

¹¹ Para maiores informações sobre o período joanino consulte. COSTA, Emília Viotti(1988). Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: Mota, Carlos Guilherme(org). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil S/ªpp 64-125

A instalação do Estado português implicou na montagem de uma complexa rede burocrática e no aumento expressivo do número de habitantes da cidade. Segundo Alencastro (1997:12), pelo menos 15 mil pessoas teriam se transferido de Portugal para o Rio de Janeiro nesse período. O crescimento do funcionalismo público e o financiamento dos gastos da Corte não puderam ser cobertos através do recolhimento de impostos. A abertura dos portos, se por um lado possibilitou o aumento da arrecadação, por outro elevou a demanda de meios de pagamento. Os constantes déficits na balança comercial continuavam a pressionar a já precária disponibilidade de metais preciosos.

Os membros da Corte estavam cientes desse problema antes mesmo de chegarem ao Rio. Durante a viagem, foi sugerido a D. João VI a criação de um banco com o objetivo específico de contornar as dificuldades fiscais. A proposta feita por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho – que representaria , uma verdadeira revolução financeira, na medida em que a prática bancária era desconhecida em Portugal - foi efetivada com a assinatura do alvará de 12 de outubro de 1808 instituindo o Banco do Brasil.

4) O Banco do Brasil(1808-1829) e a criação da moeda papel.

Pelo alvará de outubro de 1808 fica patente que a criação de um banco emissor justificava-se pela necessidade de financiar as altas despesas governamentais. Como afirma Melo Franco (1948), o interesse de Portugal na criação de um banco estatal se explicava muito mais por uma necessidade financeira do que econômica. Daí o fato de ter sido concebido como um banco emissor, vinculado à Coroa.

Apesar do empenho da Coroa, foram necessários 14 meses para que fossem subscritas as 100 ações (capital mínimo) para início das atividades do banco, o que só ocorreu em dezembro de 1809 (Souza, 1924:39). Em uma economia escravista-exportadora, não era fácil vender as ações do Banco do Brasil. Além da desconfiança do

público, os capitais eram aplicados preferencialmente nos negócios ligados à agricultura de exportação. Assim, as dificuldades de venda das ações só começaram a se atenuar a partir de 1813, graças ao aumento dos dividendos das ações e às vantagens oferecidas aos acionistas. Em 1816 o Banco do Brasil tornou-se lucrativo. Suas ações rendiam 19% ao ano, onerando o erário e forçando a Coroa à novas emissões.(Souza, 1924:44)

A venda de ações do Banco do Brasil permitiu a alguns moradores do Rio de Janeiro uma rápida ascensão social. Em troca da compra de ações, a Coroa distribuía Comendas da Ordem de Cristo, títulos do Conselho de Fidalgos da Casa Real e nomeações para cargos de deputado da Real Junta do Comércio (Martinho&Gorenstein,1992:148).

Em 1818 o Banco do Brasil abriu uma filial na Bahia e, em 1820, foi aberta a de São Paulo. É interessante observar que, mesmo com a abertura destas filiais, o Banco do Brasil permaneceu sendo um estabelecimento que só funcionava no Rio. Isto porque suas notas, sendo conversíveis, só corriam perto de onde houvesse caixas de trocas (Melo Franco, *op.cit*:29).

Entre 1814 e 1820, as emissões de moeda papel elevaram-se fortemente, a um tempo que não houve resgates. Nesse período, os bilhetes em circulação aumentaram de 1.042 mil para 8.070 mil contos. Em 1820, os depósitos metálicos somavam apenas 1.315 contos (Andrada, 1923:11). Em 1821 o balanço das operações do Banco do Brasil revelou seu estado de quase falência, e um saldo devedor de 6.016 contos de réis (Peláez & Suzigan, 1981:12). A situação foi agravada quando, ao voltar para Portugal, D.João VI retirou jóias e metais preciosos dos cofres do estabelecimento. Já sem lastro, o Banco prosseguiu com a política de emissões até a sua liquidação em 1829. Encerradas as atividades do Banco, as funções do órgão emissor foram transferidas para o Tesouro Nacional.

Considerações finais:

A evolução da circulação no Rio de Janeiro desde a moeda-mercadoria até o papel-moeda é indissociável de outros aspectos da história da cidade. No início, a colonização portuguesa transformou o Rio de Janeiro em um importante entreposto comercial. Nos séculos XVI e XVII, a cidade ainda não se diferenciava muito de outras localidades litorâneas do Brasil, onde existia circulação monetária ainda incipiente e desenvolvia-se um comércio local, paralelo ao grande comércio metropolitano.

As diferenças começaram a surgir com a descoberta das minas de ouro brasileiras e a afluência de metais preciosos que deram liquidez à circulação. Nesse período, o Rio se modernizou passando a ser a sede da administração portuguesa no Brasil. Quando as minas se esgotaram e a moeda começou a escassear, uma nova oportunidade se abriu para a cidade. A Corte portuguesa, em decorrência das disputas entre a França e a Inglaterra pela hegemonia européia, transferiu-se para o Rio de Janeiro. A vinda da família real e a montagem no Rio do Estado português ampliaram o mercado interno, tornando imperiosa a criação da moeda papel para suprir a falta de meios de pagamento e financiar os gastos reais. Assim, foi criado o Banco do Brasil que, apesar dos problemas, contribuiu para a modernização da cidade, transformada, após a independência do Brasil, na capital do Império. O processo de criação do Banco do Brasil familiarizou os moradores da cidade, e de outras partes do país, com o mecanismo de compra e venda de ações. Ademais, ao proceder ao desconto de letras de câmbio, o Banco do Brasil passou a realizar uma operação financeira restrita até então ao setor privado, através da ação dos comissários.

Apesar de significativos, os limites impostos pela economia escravista-exportadora à modernização financeira do Rio não impediram o Rio de Janeiro de se tornar um grande

centro financeiro. O posterior aparecimento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (a primeira do país) e de outras instituições de crédito públicas e privadas consolidariam a posição do Rio como a maior praça financeira do país no século XIX .

Bibliografia

- AGUIAR, Pinto de(1960). *Bancos no Brasil Colonial*. Salvador: Livraria Progresso
- ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de (1923). *Bancos de emissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro
- ARAÚJO, José de Souza e Azevedo, Pizarro(1820). *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia
- CAVALCANTI, Amaro(1891). *A Reforma Monetária*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira(1998). *Rio de Janeiro Centro Histórico 1808-1998*.Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ. Tese de doutoramento.
- COLIN, Oswaldo(1995). *Brasil através da moeda*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil.
- FAZENDA, José Vieira(1921). Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. Separata da *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* tomo 89, volume 143.
- _____ (1940). Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. Separata da *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Tomo 88, volume 142.
- _____ (1927).Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Tomo 93, volume 147.pp 151-154
- _____ (1943). Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Separata da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Tomo 95.Volume 149
- FLECKNOE, Richard(1654). A relation of ten years travells in Europe, Asia, Affrique, and America. Londres:Printed of the author.pp. 64-81. *Apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho(1999). *Visões do Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro:Editora José Olympio/UERJ.pp 34-43.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro(1992). *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional
- FREITAS FILHO, Almir Pita. *A Industrialização no Rio de Janeiro – 1930/1945(indústrias e industriais no antigo Distrito Federal)* Dissertação de mestrado. Niterói. ICHF/UFF.
- GALVÃO, Miguel Arcaño(1905). A moeda noBrazil. História e Catalogo de uma coleção de moedas e medalhas do Brazil desde os tempos coloniais até hoje. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Tomo 66. Parte II, pp9-68
- GODINHO, Vitorino Magalhães(1963). *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Editora Arcadia.
- GONÇALVES, Cleber Batista(1989). *Casa da Moeda do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda.

LEVY, Maria Bárbara(1979). *História Financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro:IBMEC.

_____(1977). *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro:IBMEC

_____(1994). *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. esboços de história empresarial* Rio de Janeiro:Editora UFRJ

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer(1978). *História do Rio de Janeiro(do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro:IBMEC

MARQUES, Mário Gomes(1996). *História da Moeda Medieval Portuguesa*. Sintra:Instituto de Sintra.

MARTINHO, Lenira Menezes & GORENSTEIN, Riva(1992). *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Carioca. Volume 24

MAURO, Frédéric(1960). *Le Portugal et l Atlantique au XVII siècle, 1570-1670; étude économique*. Paris:SVEPEN.

MELO FRANCO, Afonso Arinos(1948). *História do Banco do Brasil (1ª fase 1808-1835)*. São Paulo: Instituto de Economia da Associação Comercial.

OLIVEIRA, Geraldo Beuclair Mendes de.(1987). *A pré-indústria fluminense: 1808/1860*. Tese de doutoramento. FFLCH?Usp.

PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson(1981) *História Monetária do Brasil*. Brasília: Editora UNB

PRADO JR, Caio.(1985). *História Econômica do Brasil*.São Paulo:Ed.Brasiliense.

RIBEIRO, Benedito & GUIMARÃES, Mario M.(1967). *História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil*. São Paulo: Editora Pro-Service Ltda

SERRÃO, Joaquim Verissimo(1965). *O Rio de Janeiro no século XVI. Estudo Histórico*. Volume I. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.(1990). *Conquista e Colonização da América Portuguesa. O Brasil Colônia- 1500/1750*. In: LINHARES, Maria Yedda(1990)[org]. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus.pp.15-68

SOMBRA, Severino(1940). *Pequeno esboço de história monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional

SOUZA, Inglês de (1924). *A Anarchia monetária e suas conseqüências*. São Paulo. Monteiro Lobato Editores.